

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS - 01



O MOVIMENTO PELA NEURODIVERSIDADE: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

Távina Romão Silva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3675-6889>.

E-mail: tavinaromao1@gmail.com.

Vlândia Jamile dos Santos Jucá

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2416-7342>.

E-mail: vladiajuca@ufc.br.

Resumo: Com o argumento acerca da existência de conexões cerebrais diferentes, mas não anormais, para explicar a existência de algumas condições humanas, tal como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a perspectiva da neurodiversidade tem conquistado mais espaço nas discussões contemporâneas. Atualmente, é possível notar a ampliação do Movimento pela Neurodiversidade, que, dentre outros objetivos, busca por autorrepresentação política das pessoas diagnosticadas com TEA, através de uma perspectiva positiva do autismo, que o transforma em uma questão de identidade, retirando-o do campo das psicopatologias infanto-juvenis. Dessa forma, este estudo propõe uma reflexão acerca da formação do Movimento, considerando, sobretudo, sua relação com o autismo. Para isso, buscou-se inspiração na perspectiva arqueogenealógica foucaultiana, a fim de reconstituir historicamente o contexto de gestação do movimento citado e de delinear algumas condições de emergência relacionadas a ele. Ao final, algumas considerações preliminares são feitas acerca da difusão da neurodiversidade como uma formação discursiva.

Palavras-chave: Neurodiversidade. Autismo. Arqueogenealogia.

THE NEURODIVERSITY MOVEMENT: A STORY TO BE TOLD

Abstract: With the argument about the existence of different, but not anormal, brain connections to explain the existence of some human conditions, such as Autistic Spectrum Disorder (ASD), the perspective of neurodiversity has gained more space in contemporary discussions. Currently, it is possible to notice the expansion of the Movement for Neurodiversity, which, among other objectives, seeks political self-representation of people diagnosed with ASD through a positive perspective of autism, which transforms it into a question of identity,

POLÊM!CA

LABORE



Polêmica - Revista Eletrônica da Uerj - Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar
bloco D, sl.1001 • Tels.: +55 21 2334-4088 / 4087 • <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/index>
<http://www.labore.uerj.br> • polemicauerj@gmail.com

removing it from the field of child and adolescent psychopathologies. Thus, this study proposes a reflection on the formation of the Movement, considering, above all, its relationship with autism. For this, inspiration was sought in the Foucauldian archeogenealogical perspective, in order to historically reconstitute the context of gestation of the aforementioned movement and to outline some conditions of emergence related to it. At the end, some preliminary considerations are made about the diffusion of neurodiversity as a discursive formation, producer of truths about autism.

Keywords: Neurodiversity. Autism. Archeogenealogy.

Introdução

O presente escrito tem como proposta refletir sobre a formação do Movimento pela Neurodiversidade, no que diz respeito à ressignificação do autismo. A reconstituição do referido Movimento será inspirada na perspectiva arqueogenealógica foucaultiana, a qual rompe com a noção de história contínua e linear, e assume as descontinuidades históricas, analisando as condições de emergência de novas ordens discursivas no campo social (Cunha; Luzio; Cruz, 2014).

Nesta direção, apresentaremos contingências históricas relevantes para a constituição do Movimento pela Neurodiversidade, atentando aos seus argumentos centrais, seus paradoxos e suas reverberações na forma como, especificamente, o autismo tem sido entendido na atualidade. Sobre este objeto — o autismo —, são vários os pontos de tensionamento, tanto relativos à sua etiologia quanto às perspectivas de tratamento. E é nesse contexto que o Movimento pela Neurodiversidade aparece como mais um aspecto que amplia a heterogeneidade das discussões sobre o designado, hoje, nos manuais diagnósticos, Transtorno do Espectro Autista (TEA) (American Psychiatric Association, 2014).

Ao mesmo tempo em que busca romper com discursos biomédicos que posicionam o autismo enquanto transtorno, o Movimento se vale das características elencadas nos manuais citados para delinear o autismo ao qual se refere, tais como questões relacionadas à comunicação e à interação social. Em outros termos, a partir da perspectiva da neurodiversidade, pessoas consideradas autistas apresentam os mesmos aspectos elencados nos manuais diagnósticos, no entanto, o que explicaria essas características seria a existência de diferentes conexões cerebrais humanas.

O autismo passa, então, a ser tratado como mais uma diferença humana e deixa de ser algo que se *tem* para ser algo que se *é* (Vidal; Ortega, 2019), a fim de contrapor perspectivas que o posicionam enquanto um transtorno possível de ser “portado”. Isto posto, este trabalho pretende lançar luz sobre cruzamentos de alguns elementos que subsidiam a produção de

discursos os quais almejam uma verdade sobre o autismo, objeto de disputas fervorosas e motivo de forte mobilização política por parte de ativistas pela causa.

A emergência do Movimento pela Neurodiversidade, por sua vez, evidencia a busca por autorrepresentação de pessoas diagnosticadas com autismo, por reconhecimento e por lugar na esfera política. As mobilizações são impulsionadas, principalmente, por aqueles que querem e conseguem, à sua maneira, sustentar uma posição de protagonismo sociopolítico (Abreu, 2022) — aspecto importante de ser destacado, haja vista que dificuldades com processos de comunicação e com interação social são, como citado acima, fatores considerados para o diagnóstico psiquiátrico/psicológico de TEA.

Embora a existência de neurodivergências, isto é, de conexões cerebrais destoantes do “padrão de funcionamento cerebral” socialmente esperado (Singer, 2017), seja considerada a explicação, a partir da perspectiva da neurodiversidade, de algumas condições humanas, é de suma importância ressaltar que o autismo é o carro-chefe do Movimento ao qual estamos nos referindo (Vidal; Ortega, 2019). Por esse motivo, nos deteremos, especificamente, na relação entre autismo e o Movimento pela Neurodiversidade ao longo do texto.

Para isso, é necessário que, inicialmente, façamos uma explanação sobre a temática do autismo, com o objetivo de destacarmos algumas mudanças que ocorreram ao longo dos anos, desde a descrição clínica elaborada e publicada por Leo Kanner, em 1943. Em seguida, abordaremos alguns aspectos que remetem à formação do conceito de neurodiversidade, bem como do Movimento correspondente.

Do autismo ao ativismo

Falar em autismo é uma tarefa complexa. O assunto evidencia inúmeras querelas teóricas, clínicas e políticas, e o campo de pesquisas sobre a temática é constantemente tensionado e disputado. Partiremos do autismo, pois, como veremos adiante, o Movimento pela Neurodiversidade organiza-se, atualmente, com participação predominante de pessoas que receberam o diagnóstico de TEA.

Muitas são as hipóteses referentes ao autismo, sejam elas de cunho psicanalítico, comportamental ou genético, por exemplo. No entanto, a máxima que atravessa as problematizações acerca do tema é a de que não há um consenso sobre a etiologia dessa condição, tampouco um indicador definitivo que apresente um substrato biológico causador e

determinante de como o autismo se manifestará em cada pessoa (Evangelho *et al.*, 2021). Tudo isso nos coloca em um cenário no qual múltiplas perspectivas concorrem, cada uma com seus pressupostos e em busca da legitimação social para os argumentos que as fundamentam e para as implicações políticas delas derivadas.

As divergências aparecem, inclusive, nas discussões sobre quais deveriam ser as propostas de acompanhamento terapêutico e de garantia de direitos para as pessoas que receberam o diagnóstico formal de TEA, descrito na quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) (American Psychiatric Association, 2014). Tal cenário se complexifica ainda mais quando se fala em pessoas que se identificam com as características sintomatológicas elencadas nesses manuais diagnósticos, mas não receberam um laudo médico ou psicológico.

Por sua vez, as políticas públicas que levam em consideração o autismo são formuladas e reformuladas na tentativa de atender todas as pessoas que delas necessitam, embora também apresentem controvérsias considerando a já mencionada heterogeneidade do tema. No Brasil, a título de exemplo dessa complexa realidade, a pesquisa realizada por Oliveira *et al.* (2017) mostra o seguinte cenário: em cartilhas institucionais lançadas pelo Ministério da Saúde, que servem de baliza para o funcionamento de ações do Sistema Único de Saúde (SUS), podemos encontrar, no limite, a busca por um lugar para o autismo entre a atenção psicossocial e a reabilitação.

De um lado, o documento “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aborda o transtorno como pertencente ao campo das deficiências, propondo o tratamento pela via da reabilitação. De outro, o documento “Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde” reconhece o autismo como um transtorno mental, pertencente ao campo de cuidados da atenção psicossocial. (Oliveira *et al.*, 2017, p. 707).

Os documentos citados servem de embasamento para o trabalho de profissionais brasileiros atuantes nos serviços públicos de saúde. A disparidade na forma como o TEA é apresentado em cartilhas oficiais do Ministério da Saúde, no Brasil, direciona nossa atenção a um ponto intrigante para a discussão aqui pretendida: periodicamente, altera-se a forma como o autismo é apresentado nas pesquisas científicas e nos manuais diagnósticos, o que repercute no campo das políticas públicas, das ciências e, também, no campo social. Considerar as controvérsias e a diversidade epistemológica que norteiam as discussões sobre o assunto, bem

como fatores históricos e políticos que afetam tais debates, torna-se fundamental para que os lugares conferidos ao autismo no contexto contemporâneo sejam compreendidos (Barroso, 2019).

Na esteira dessa discussão, embora a temática do autismo seja, como já apontado, diversificada em termos teóricos e clínicos, acreditamos ser pertinente resgatar o trabalho de Leo Kanner, a fim de apresentarmos algumas reverberações que esse estudo teve e que são de interesse ao percurso proposto neste escrito. Retomemos, brevemente, considerações feitas pelo psiquiatra e repercussões do trabalho mencionado para elucidarmos algumas condições a partir das quais o autismo passou a ser objeto de estudo e, portanto, de produção discursiva.

O artigo ao qual nos referimos, intitulado *Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo*, foi publicado em 1943 e pode ser considerado um importante registro de descrições clínicas sobre autismo (Furtado, 2011). Esse estudo refere-se às descrições de casos de onze crianças que foram acompanhadas por Kanner, a partir das quais o médico agrupou algumas características em comum a todas elas, sobretudo referentes à forma como estabeleciam relações, inaugurando a nomenclatura de “autismo precoce infantil” (Garcia, 2017). O autismo, nas palavras de Kanner, seria uma psicopatologia de início precoce caracterizada por uma “inaptidão das crianças para estabelecer relações normais com as pessoas e a reagir normalmente desde o início da vida” (Kanner *apud* Garcia, 2017, p. 17).

A forma como o autismo foi apresentado e o modo como a relação com os pais das crianças descritas apareceu no referido artigo — relações caracterizadas pelo autor como “frias” e com distanciamento afetivo — fomentaram polêmicas que permearam — e ainda permeiam — discussões sobre o tema. Ademais, vale mencionar, as interpretações advindas desse trabalho se relacionam com o que viria a se organizar como ativismo de pais de pessoas autistas, que estavam inconformados com “leituras clínicas culpabilizantes” sobre a condição de seus filhos (Furtado, 2011), inspiradas nesse trabalho. Tal organização ecoa na bibliografia. Lopes (2020) aponta que os familiares, em especial as mães, são fundamentais na história do autismo, tanto pelo incentivo às pesquisas científicas e participação nelas, quanto pelo ativismo e pela luta política, “visando construir e garantir direitos básicos e políticas públicas voltados aos autistas” (Lopes, 2020, p. 512).

O início da mobilização de pais e familiares para questionar tais perspectivas clínicas em circulação à época é um elemento fundamental para que sejam circunscritas algumas

condições de existência do Movimento pela Neurodiversidade, principal interesse deste artigo, e será tratado em outros momentos ao longo do texto. Por ora, destacamos a importância da organização de pais na história dos movimentos de ativismo autista (LOPES, 2020).

Sabemos que o trabalho de Kanner foi bastante criticado, porém também foi, por muito tempo, a principal bússola para o entendimento do que é chamado, hoje, de “autismo clássico”. Furtado (2011) cita que Kanner, tempos depois da publicação já mencionada, escreveu um livro para retratar-se acerca do lugar que conferira aos pais na condição autística de seus respectivos filhos, intitulado *Em defesa das mães: como criar filhos apesar dos mais ‘fervorosos’ psicólogos*.

Ainda de acordo com Furtado (2011, p. 62), esse feito de Kanner, ainda que traga uma “aparente tentativa de se redimir quanto a uma possível culpabilização das mães”, retorna o tema “através de uma publicação que reafirma a ‘ferida narcísica’ pela sua negação”. E, a despeito de concordâncias ou discordâncias sobre os efeitos esperados e proporcionados a partir do livro do psiquiatra, o que buscamos demarcar, ao trazer reverberações do trabalho de Kanner, é uma produção discursiva que tomou o autismo como consequência de um determinado padrão de relações parentais. A indignação de pais e familiares com essa leitura sobre tais relações possibilitou a organização de movimentos ativistas pelo autismo.

De maneira similar, as produções de Bruno Bettelheim são relevantes quando se busca delinear algumas condições de emergência do ativismo em prol da causa do autismo, protagonizado por pais, principalmente. Atribuída a Bettelheim e derivada de algumas interpretações a partir da obra do autor, intitulada *A Fortaleza Vazia*, a tão polêmica expressão “mães geladeiras” é um elemento que repercute no cenário da mobilização de pais e familiares (Furtado, 2011). A ideia de que as mães seriam as responsáveis pelo autismo de seus filhos ao não darem amor suficiente a eles gerou ainda mais indignação em mães e pais que já estavam em um movimento questionador de algumas leituras clínicas sobre a condição autística. À época, entre as décadas de 40 e 60, destaca-se a forte influência da psicanálise nessas elaborações (Furtado, 2011).

O aumento de críticas à visão psicanalítica suscitou a busca por outras fontes de pesquisa para a compreensão do autismo. Além disso, alguns pais que estavam inseridos no meio científico começaram a realizar suas próprias pesquisas sobre o assunto, depois do diagnóstico de seus filhos (Abreu, 2022). Abreu (2022) traz como exemplos os nomes de Bernard Rimland,

nos Estados Unidos, e de Lorna Wing, no Reino Unido. Para o autor, ambos genitores-pesquisadores “abriram as portas para uma comunicação efetiva entre o campo científico e a advocacia por direitos das pessoas autistas” (Abreu, 2022, p. 9).

Aqui, vale uma breve elucidação referente às práticas de *advocacy*, que são consideradas por Lopes (2020), em concordância com Mafra (2014), como práticas realizadas por e para grupos que defendem uma causa, mas não têm espaço na esfera política formal, mobilizando-se e ocupando espaços políticos, sociais e midiáticos em busca da garantia de direitos e da formulação de políticas públicas. O termo *advocacy* refere-se, portanto, a um meio através do qual ativistas pela causa do autismo exercem sua cidadania e reivindicam por direitos.

Retornando aos nossos comentários sobre o contexto em que preponderava uma certa aversão à psicanálise, diferentes hipóteses sobre o autismo começaram a ser traçadas. E, acerca das produções de Rimland e Wing, algumas considerações são pertinentes.

Lopes (2019), em sua pesquisa sobre ativismo de mães de autistas no Brasil, destaca que Rimland foi um dos precursores na defesa da tese de que o autismo teria bases orgânicas. O trabalho do psicólogo foi de suma importância para a criação de uma associação formada por pais e familiares de autistas. E, a esse respeito, uma hipótese, apresentada por Ortega (2009), é a de que justificativas biológicas sobre o autismo, em detrimento de explicações psicanalíticas, tiveram o efeito de, em algum grau, afastar a culpa que recaía sobre os pais quanto aos “destinos subjetivos dos filhos” (Ortega, 2009, p. 71), o que também fomentou a organização de associações de pais e o financiamento de pesquisas que buscassem a causalidade orgânica do autismo.

Já os trabalhos realizados por Wing, iniciados no final da década de 1970, têm algumas reverberações muito importantes que valem ser apresentadas e discutidas. Wing, cuja filha também foi diagnosticada com autismo, propôs um entendimento sobre a condição que considerava a existência de um elo entre o trabalho de Kanner, já mencionado, e o trabalho de Hans Asperger, de 1944 (Dias, 2017).

A proposta da psiquiatra, que traduziu o estudo de Asperger a respeito do que ele chamou de “psicopatia autística”, foi a de elaborar um *continuum* entre o que se poderia entender como manifestações do autismo. Ou seja, existiriam, segundo a pesquisadora, relações de continuidade entre os casos descritos por Kanner e os casos descritos por Asperger. Essas elaborações de Lorna se materializaram no que conhecemos hoje como “espectro autista” e

“síndrome de Asperger”. A síndrome de Asperger, como foi denominada por Wing, seria referente a pessoas com impasses nas suas relações, na comunicação e que teriam interesses e habilidades mais aguçados para alguns temas (Dias, 2017).

O entendimento do autismo enquanto um espectro — possível de se manifestar de diversas formas, e não somente da forma “clássica”, tal como na descrição clínica de Kanner — marcou um período de mudanças importantes em como o autismo era discursivizado.

Wing reviveu esta descrição, em 1981, em um artigo que nomeava essas características como Síndrome de Asperger. Em 1992, o termo foi oficialmente acatado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como diagnóstico independente. Tal proposta causa um efeito imediato nas discussões sobre o autismo: pessoas que passaram despercebidas por toda uma vida começaram a se identificar com um diagnóstico que mudaria suas vidas. (Abreu, 2022, p. 12).

É relevante nos determos às considerações sobre a existência de um espectro autista, as quais foram legitimadas por órgãos mundiais de saúde, tendo em vista que o entendimento de um “autismo espectral” também pode ser considerado como um elemento importante na formação do Movimento pela Neurodiversidade. O autismo, enquanto uma condição que pode apresentar uma série de nuances, abriu espaço para a formulação de novas hipóteses sobre o tema, hipóteses essas ainda mais distantes das perspectivas anteriormente citadas.

O cenário em que havia produção de outros discursos sobre o autismo buscou, entre outras coisas, relocalizar os pais e familiares de autistas nas discussões sobre o tema e trazer à frente as próprias pessoas que receberam o diagnóstico; elas iniciaram um movimento de autorrepresentação, já não aceitando mais serem faladas apenas por profissionais de saúde, cientistas e familiares. Agora, elas mesmas fariam por si (Abreu, 2022).

Nesse contexto, os movimentos ativistas de pais passaram a dividir o espaço de luta política com os movimentos ativistas dos próprios autistas. Na década de 90, nomes como Temple Grandin e Donna Williams publicaram autobiografias narrando suas vidas enquanto pessoas autistas, alcançando grande público. Além disso, o texto de Jim Sinclair, intitulado *Não chore por nós*, é mais um indício da organização de movimentos por autorrepresentação e protagonismo de autistas, e da crítica a concepções negativas sobre o autismo (Abreu, 2022).

É relevante considerar esses acontecimentos na tentativa de reconstituição histórica do Movimento pela Neurodiversidade, principalmente, dada a aproximação entre as pessoas consideradas autistas e os ativistas dos movimentos de pessoas com deficiência (Abreu, 2022).

Além disso, essas insurgentes mobilizações propunham a ruptura tanto com as configurações de movimentos ativistas predominantes — de pais, familiares e profissionais — como também com o modo como o autismo era entendido socialmente até então, a partir de uma perspectiva, muitas vezes, negativa. Buscava-se, portanto, produzir certa positividade acerca do autismo e o afastamento de concepções negativas acerca da condição (Singer, 2017; Abreu, 2022).

Tendo esse contexto apresentado, ainda nos anos 90, tem-se a formalização e a difusão do termo “neurodiversidade”. De acordo com Vidal e Ortega (2019, p. 207), “o surgimento do termo ‘neurodiversidade’ e do movimento correspondente no final dos anos 1990 deve ser analisado em uma perspectiva mais ampla”. Os autores afirmam que é fundamental considerar dois aspectos nessa análise, a saber: de um lado, a história dos movimentos de pessoas com deficiência e, por outro lado, o impacto no âmbito social do conhecimento e das práticas neurocientíficas (Vidal; Ortega, 2019).

Dessa forma, “o cenário estava então pronto para a emergência de um novo movimento social do autismo, protagonizado por pessoas autistas e, mais tarde, popularizado como ‘movimento da neurodiversidade’” (Abreu, 2022, p. 12). Sobre esse movimento, nos deteremos mais a seguir.

O movimento pela neurodiversidade

A perspectiva da neurodiversidade considera o autismo como uma expressão da diversidade neurológica humana, e não como uma doença a ser tratada, tampouco, curada. A partir do argumento de que todo cérebro humano é único e opera de maneira singular, ou seja, apresenta uma multiplicidade de modos de funcionamento, o conceito de neurodiversidade visa englobar, portanto, todas as pessoas (Abreu, 2022).

A diferenciação dentro da perspectiva da neurodiversidade ocorre quando se levam em conta as chamadas “minorias neurológicas”, formadas por pessoas consideradas “neurodivergentes”, “neuroatípicas” ou “neurodiversas”, isto é, que não apresentam um funcionamento cerebral “padrão”, socialmente esperado (Singer, 2017). Essa perspectiva que toma os distintos funcionamentos neurológicos como argumento central ancora-se na premissa de que existem conexões cerebrais *diferentes*, mas não *anormais*, que explicariam algumas condições humanas (Vidal; Ortega, 2019), tais como o TEA, o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e a dislexia, por exemplo.

O conceito de neurodiversidade liga-se, por sua vez, ao Movimento pela Neurodiversidade. Sobre o movimento, no trabalho intitulado *Odd people in: the birth of community amongst people on the Autistic Spectrum: A personal exploration of a new social movement based on Neurological Diversity*^{1 2}, de 1998, Judy Singer, socióloga australiana, argumenta acerca da emergência de um novo movimento social protagonizado por pessoas consideradas autistas, à época, classificadas de “alto funcionamento”³, os chamados “aspergers”⁴ ou “aspies” (Singer, 2017). A ela, é atribuída a criação do termo “neurodiversidade”, embora existam discordâncias sobre isso, acerca das quais breves comentários serão feitos adiante.

Ao adentrar em sua pesquisa, a autora traz relatos sobre suas dificuldades de relacionamento com sua mãe e, posteriormente, com sua filha, que começara a apresentar características semelhantes às da avó. Em seu relato pessoal, é possível notar a busca de Singer por explicações para os “maneirismos” que tanto afetavam a mãe da socióloga, quanto sua filha. A procura por respostas e por um nome para aquilo que não se conseguia explicar (Singer, 2017).

Em dado momento, Judy depara-se, então, com a descrição do que seria a síndrome de Asperger e começa uma trajetória particular de entendimento das atitudes de sua mãe, de sua filha e de si mesma. Singer começa a se aproximar de associações compostas por pessoas consideradas autistas e interessa-se pelos estudos sobre o modelo social das deficiências e das perspectivas feministas e emancipatórias em pesquisas sociais (Singer, 2017).

¹ Trabalho de conclusão de curso em Sociologia, apresentado à University of Technology, em Sydney, na Austrália.

² “Pessoas estranhas em: O nascimento de comunidade entre pessoas no espectro autista: uma exploração pessoal de um novo movimento social baseado na diversidade neurológica” (tradução nossa).

³ As expressões “autista de baixo funcionamento” e “autista de alto funcionamento” estão em progressivo desuso, depois de muitas críticas sobre essa diferenciação, a fim de desassociar o primeiro termo a algo ruim, e o segundo termo a uma suposta genialidade. Com a publicação do DSM-V, a “síndrome de Asperger” deixa de existir enquanto diagnóstico formal; seus aspectos são englobados no diagnóstico de TEA. Em alguns movimentos de ativismo autista, busca-se usar mais as expressões que se referem ao nível de suporte que cada pessoa diagnosticada com TEA precisa (CAITITÉ, 2017). Decidimos mencionar esses termos, uma vez que já foram bastante utilizados em referência ao autismo e, além disso, cumprem uma função de importância, como será mencionado nas palavras de Singer (2017) adiante no texto, na formação do Movimento pela Neurodiversidade.

⁴ Em seu trabalho, Abreu (2022) menciona que há indícios da participação de Hans Asperger no Terceiro Reich, fato que gerou grande mal-estar em algumas pessoas que receberam o diagnóstico de Síndrome de Asperger, as quais tentam evitar o uso da expressão. No entanto, o autor pondera que parece precoce afirmar que o diagnóstico, bem como a expressão “síndrome de Asperger” e suas derivações, caíram em total desuso, mesmo porque ainda há, com frequência, a circulação de referências à síndrome.

Ao longo de seu livro, cujo título é *Neurodiversity: the birth of an idea*⁵, no qual há o já mencionado trabalho original da autora, bem como *em* um escrito posterior a ele com considerações atualizadas sobre o que escrevera, Judy aponta que a cunhagem do termo “neurodiversidade” é atribuída tanto a ela, quanto a Harvey Blume, jornalista estadunidense e contemporâneo à autora (Singer, 2017). A socióloga, então, desenvolve um tópico exclusivo sobre isso em que apresenta suas razões para que se considere o termo como criação dela, e afirma que não havia competição entre ela e Blume. Eles conversavam sobre suas respectivas perspectivas acerca do autismo, partilhavam ideias e curiosidades sobre o tema. Singer afirma:

Ambos vimos que, assim como a biodiversidade era importante para a sobrevivência das espécies, a diversidade humana também deveria ser para os humanos. Nós dois sabíamos que a fé do Ocidente no modelo psicoterapêutico estava diminuindo e que os neurocientistas estavam esperando nos bastidores para assumir como um novo sacerdócio. Começamos a falar sobre a importância da diversidade neurológica [...]. (Singer, 2017, p. 21, tradução nossa).

A autora enfatiza, adiante em seu texto, que almejava o surgimento de um novo movimento social protagonizado pelos grupos “neurologicamente marginalizados”, *inspirado pelos* grupos feministas, homossexuais e de pessoas com deficiência. Porém, considerava que a expressão “diferença neurológica” era muito extensa para servir de *slogan*, até o dia em que se percebeu falando que o mundo precisava de “um movimento de neurodiversidade” (*Neurodiversity Movement*) (Singer, 2017), formalizando a expressão em seu trabalho. Judy, em outro momento do texto, pondera que o termo já estava presente no *zeitgeist*, e que só precisava de “um vetor humano que o expressasse [...]. O conceito estava pronto para ser popularizado por uma miríade de narrativas e debates” (Singer, 2017, p. 23, tradução nossa).

Nesse sentido, embora o trabalho de Singer seja considerado como o pioneiro na formalização do conceito de neurodiversidade e a própria autora argumente sobre seu desejo de formação de um movimento social protagonizado por membros de uma “minorias neurológica”, propomos, a partir de considerações foucaultianas sobre modos de contar a história (Foucault, 2008), reposicionar a ideia de uma “origem” do conceito e analisarmos alguns aspectos a fim de termos mais elementos que possibilitem apreender as condições de emergência do Movimento, ao final dos anos 90.

⁵ “Neurodiversidade: o nascimento de uma ideia” (tradução nossa).

Contextualmente, a década de 90, no Ocidente, tornou-se conhecida como a “década do cérebro”, dado o massivo fomento em pesquisas no âmbito das neurociências. Nesse cenário, proliferaram narrativas acerca do funcionamento cerebral e da importância do cérebro como órgão principal e essencial da existência humana, concentrando nele a humanidade, a personalidade, a identidade (Vidal; Ortega, 2019). A produção de legitimidade discursiva (Foucault, 2008) acerca do cérebro como “órgão-mor” da essência humana é um indicativo do *zeitgeist* apontado por Singer (2017).

Outros elementos constituintes do cenário a partir do qual emerge o movimento pela neurodiversidade são as lutas feministas e o fortalecimento de outros movimentos de pessoas com deficiência (PCDs), tal como o movimento social surdo⁶. À luta feminista, atribui-se a contestação de leituras clínicas que culpabilizavam, principalmente, as mães pelo autismo dos filhos, como citado anteriormente. E aos movimentos de PCDs, atribui-se uma leitura inspirada pelos estudos do modelo social das deficiências, a qual reposiciona a discussão sobre as deficiências e atribui à sociedade o pouco comprometimento com a inclusão das diferenças, o que corrobora com as dificuldades enfrentadas por essas pessoas (Caitité, 2017).

O pouco comprometimento social mencionado pode ser entendido como “capacitismo”. E, aqui, é válido mencionar a contribuição de Hickel e Mörschbacher (2022, p. 20) sobre o tema: “o capacitismo tem como premissa o preconceito contra pessoas com deficiência e é derivado de uma construção social anterior que busca a padronização do corpo e dos afetos, estando alinhado com as questões do capitalismo”.

Retomando nossas considerações sobre o Movimento pela Neurodiversidade, temos, de forma sucinta, que ele pretende resistir e se contrapor às concepções negativas e patologizantes sobre o autismo e, também, às explicações psicanalíticas, psicológicas e biomédicas sobre a condição, fortalecendo e positivando uma *identidade autista* (Vidal; Ortega, 2019). No entanto, um impasse aqui se apresenta quando a ideia central preconizada pelo Movimento, isto é, a base cerebral para a explicação de certas condições humanas — efeitos do cerebralismo, como Ortega (2008) denominou —, contrasta com a falta de consenso científico sobre a etiologia, como foi citado anteriormente. Por outro lado, é essa mesma convicção que embasa uma série

⁶ É digno de nota que existem discussões e divergências acerca do uso dos termos “pessoa surda” e “pessoa com deficiência auditiva”. De todo modo, parece existir um posicionamento sobre, quando se fala em movimento social, nomeá-lo de “movimento surdo”, “movimento ativista surdo” ou “movimento social surdo”. Por isso, optamos pelo uso da palavra “surdo” para fazer referência ao movimento correspondente (Cabello; Martins, 2021).

de posicionamentos, argumentos e ações propostas por quem concorda com essa perspectiva acerca do autismo e identifica-se com o diagnóstico de TEA entendido a partir de tal prisma.

No trabalho original de Singer, elaborado nos anos 90, há a consideração de que, à medida em que novas identidades, alianças e movimentos eram formados e reformados, havia sinais de que as pessoas estavam se organizando não apenas de acordo com etnias, classes, gêneros e deficiências, mas começara a existir um novo elemento, a saber: “as diferenças em tipos de mente” (Singer, 2017). A socióloga aponta para a formação de comunidades de/entre pessoas com “deficiências marginais” (Singer, 2017, p. 28), tais como TDAH e dislexia, baseadas nas diferenças neurológicas.

Os grupos aos quais a autora faz referência seriam formados por pessoas que, por muito tempo, foram classificadas como estranhas, desajustadas, esquisitas, que não conseguiam se encaixar em um lugar; pessoas com fortes dificuldades de comunicação social e de relacionamento interpessoal, que passaram a se reconhecer umas nas outras a partir de um “parentesco neurológico” (*neurological kinship*) (Singer, 2017, p. 28, tradução nossa). À época de seu primeiro trabalho, Judy incluiu também os chamados *nerds* e *geeks* como parte dessas comunidades citadas (Singer, 2017).

Ao surgimento desses grupos, a socióloga atribui o sucesso das políticas de identidade e de deficiência, a disseminação da tecnologia do computador — a Internet se mostrou um elemento essencial na difusão do Movimento pela Neurodiversidade — e, também, a “marcha da ciência” (Singer, 2017, p. 28, tradução nossa). Importante mencionar a intenção de Singer (2017) de unir, em sua pesquisa, o “melhor dos dois mundos” (Singer, 2017, p. 43) para pensar sobre o conceito de neurodiversidade: o construcionismo social — para argumentar sobre a construção de uma identidade autista — e o determinismo biológico — para argumentar sobre as conexões cerebrais humanas.

De acordo com a autora, a reunião dessas pessoas se baseia, inclusive, na percepção em comum de que “suas dificuldades de aprendizagem social’ estão em um *continuum* com o autismo clássico” (Singer, 2017, p. 28, tradução nossa), o que evidencia as reverberações dos trabalhos de Lorna Wing citados anteriormente. Vale destacar um trecho do texto de Singer (2017, p. 31, tradução nossa):

Quero deixar claro que quando usei o termo “autista”, estou me referindo apenas a pessoas com o que se chama de Autismo de Alto Funcionamento (AAF) ou Síndrome

de Asperger (SA), ou seja, pessoas que têm "inteligência normal a alta", (agora um termo cada vez mais contestado). Escolhi usar o termo "autista" genérico não apenas para facilitar a leitura, mas porque esse é o termo preferido por pessoas que se identificam como autistas de alto funcionamento para se descreverem.

Neste ponto, é possível perceber o entrelace de elementos a partir dos quais o Movimento pela Neurodiversidade foi gestado. Os cruzamentos discursivos advindos da medicina, das neurociências, das políticas de identidade e dos movimentos ativistas das pessoas com deficiência (PCDs) podem ser considerados quando se pensa na emergência do Movimento ao qual estamos nos referindo. A proposta de tomar o autismo como efeito de conexões cerebrais tem, desde seu surgimento, efeitos políticos; e esse é, de acordo com Singer (2017), um de seus principais objetivos com a formalização da neurodiversidade em sua pesquisa: tratá-la em sua dimensão política e de luta, protagonizadas por pessoas, à época, diagnosticadas com Síndrome de Asperger, como constava na quarta versão do DSM (DSM-IV).

A rigor, o conceito de neurodiversidade nasce, em seu cerne, como uma ideia política de autorrepresentação e empoderamento de pessoas consideradas autistas, e não como uma verdade acerca da etiologia cerebral do autismo. E, sobre esse contexto, Adriano, Lugon e Aydos (2021, p. 3) afirmam:

Ressaltamos que os argumentos acionados pelos atores que se dizem neurodiversos não necessariamente são aqueles considerados “argumentos neurocientíficos válidos”. Vemos, em suas concepções de neurodiversidade, uma gama de argumentos e elementos que tornam esse termo mais complexo do que constituído por uma derivação da neurociência.

No entanto, o que também se pode perceber é a produção de legitimidade do discurso da neurodiversidade e a cristalização de uma verdade acerca do que propõe o conceito: a produção e o posicionamento do autismo enquanto expressão de uma diferença cerebral humana, mesmo que, paradoxalmente, a existência de tal diferença não seja um consenso, inclusive, no campo neurocientífico.

Esses elementos nos fornecem substrato para pensarmos a forma como a perspectiva da neurodiversidade aparece atualmente, não apenas restrita aos, outrora, considerados “autistas de alto funcionamento”, mas, de forma ampliada, às pessoas que estariam “dentro do espectro”. A partir disso, podemos perceber a difusão da própria neurodiversidade, aglutinadora de várias “nuances do autismo” e de alguns paradoxos em termos “neuro” e, também, políticos, como uma formação discursiva. Sobre essa noção, temos que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (Foucault, 2008, p. 43).

A seguir, apresentaremos algumas considerações preliminares sobre neurodiversidade e formação discursiva.

Neurodiversidade e formação discursiva

Os possíveis desdobramentos a partir da perspectiva da neurodiversidade e a produção de efeitos de verdade sobre o autismo nos interessa e nos intriga. Percebemos que a tomada do autismo como uma diferença cerebral humana, tem produzido mudanças acerca do que se pode entender como autismo. Cunha, Luzio e Cruz (2014, p. 192) comentam sobre a verdade na obra foucaultiana e afirmam:

Foucault localiza a verdade – e sua produção – como questão política, amplamente atrelada ao poder, às relações de poder, e que, conseqüentemente, recai sobre os processos de produção de saberes e unidades discursivas. Falamos, então, de verdades produzidas e legitimadas em determinado campo discursivo.

O movimento pela neurodiversidade surge como uma forma de questionar e resistir ao discurso biomédico e patologizante sobre a condição autística, no entanto, aproxima-se do mesmo substrato, qual seja, o biológico, para tecer suas inferências sobre a condição. O que nos coloca em posição de tentar desnaturalizar a ideia de neurodiversidade como “óbvia” e “verdadeira” explicação sobre o autismo e passar a também considerá-la como um efeito discursivo sobre o tema; como um acontecimento, e não como um fato.

Giacomoni e Vargas (2010, p. 122), discutem sobre a produção histórica a partir de Foucault e de sua arqueologia, e destacam:

[...] uma forma de fazer história que eleva tudo aquilo que as pessoas disseram e dizem ao estatuto de acontecimento. O que foi dito instaura uma realidade discursiva [...] Nesta lógica, os sujeitos e objetos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles.

Nesse sentido, algumas perguntas parecem insistir em nossa investigação: em que medida, ao tentar romper com os discursos biomédico e patologizante, o discurso da neurodiversidade os reatualiza a partir de uma perspectiva bioidentitária acerca do autismo? De

que forma o argumento sobre as diferenças cerebrais humanas pôde se constituir como verdade acerca do autismo? Como o discurso da neurodiversidade se tornou um discurso legítimo sobre o autismo?

Colocar essas questões em pauta não significa que iremos respondê-las neste texto, e não é essa a nossa pretensão. Por outro lado, entendemos que a formulação de perguntas sobre esse recente movimento mobiliza a busca por outros vestígios que possibilitem acessar o modo como a neurodiversidade tem se projetado enquanto um discurso possível e legítimo sobre o autismo; discurso entendido como “um conjunto de enunciados na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (Foucault, 2008, p. 132).

E, ainda de acordo com Giamononi e Vargas (2010, p. 128), elucidamos que

[...] nem toda formação discursiva poderá se constituir em um discurso científico. Nem por isso esta mesma formação será diminuída de sua positividade, ou seja, da capacidade da prática discursiva de formar objetos, enunciações, jogos conceituais e escolhas temáticas e teóricas visando à construção de proposições (com ou sem coerência), descrições, verificações e teorias.

Portanto, com essas considerações dos autores baseadas no trabalho de Foucault, percebemos que a ausência de consenso científico sobre a etiologia cerebral do autismo não impede a existência de uma formação discursiva que considere a hipótese cerebral e que se constitua como um discurso, produzindo transformações na forma como o autismo tem sido apresentado. E, apesar de se reportarem a argumentos provenientes das neurociências, pessoas que compõem o Movimento aproximam-se dele de formas diversas, seja com ou sem o diagnóstico formal de TEA, por exemplo, mas movidas pela identificação com o discurso da neurodiversidade. Dessas duas maneiras, não há uma explicação neuronal exata e definitiva sobre o autismo. O Movimento, como mostramos anteriormente no texto, não “precisa” se reportar a “argumentos neurocientíficos válidos” (Adriano; Lugon; Aydos, 2021, p. 3) para se construir, muito embora percebamos o entrelace da perspectiva da neurodiversidade com o campo neurocientífico e, ademais, circunscrevamos essa situação como um exemplo de contradição.

Considerações finais

Este artigo buscou pinçar alguns elementos e reconstituir o surgimento do Movimento pela Neurodiversidade, cujos objetivos, desde o início, são reposicionar o ativismo autista e produzir uma positivação acerca do ser autista.

A escolha por uma inspiração arqueogenealógica para guiar nosso trabalho nos pareceu propícia já que buscávamos entender quais forças estavam em disputa e em coexistência quando da emergência desse movimento que propõe romper com discursos negativos e patologizantes sobre o autismo e, consequentemente, sobre as pessoas consideradas autistas. Também entendemos que não esgotamos — nem pretendíamos esgotar — a história do Movimento, mas sim contribuir com a articulação de alguns elementos que consideramos pertinentes, e tentamos demonstrar isso ao longo deste texto.

Ademais, o início de reflexões sobre a neurodiversidade como uma formação discursiva produtora de efeitos de verdade sobre o autismo mostra-se promissor. Como citado ao longo do texto, falar em autismo é uma tarefa complexa e, por isso, exige constante reavaliação e atualização, por parte de quem pesquisa, dos elementos em disputa nas discussões sobre o tema, e não seria diferente neste escrito.

Os paradoxos existem e coexistem. As hipóteses sobre o tema se complexificam, divergem, e os ativismos se reorganizam tentando delinear formas de reivindicar por direitos, reconhecimento e inclusão.

O levantamento realizado também possibilitou destacar a força política do movimento pela neurodiversidade e a importância dele enquanto ponto de ancoragem para muitas pessoas que, antes de conhecê-lo, sentiam-se, de alguma forma, desamparadas socialmente. O engajamento político pressupõe a mobilização coletiva e o apoio mútuo na luta por uma causa, e essas são fortes marcas do movimento citado.

Buscamos, portanto, contar uma história que inclui a formação do Movimento pela Neurodiversidade e demarcar a formação de mais um ponto-tensão produtor de efeitos de verdade em torno do autismo, e que tem seus desdobramentos perceptíveis no contexto contemporâneo. Intencionamos que outras perspectivas sobre o assunto possam ser construídas e que nosso trabalho contribua, de alguma forma, para novos estudos.

Referências

ABREU, T. **O que é neurodiversidade?** Goiânia: Câne Editorial, 2022. *E-book*.

ADRIANO, L.; LUGON, R.; AYDOS, V. Autismo, deficiência e neurodiversidade: provocações para pensar um conceito disputado e seus efeitos em pesquisa no/a partir do sul global. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., 2021, [S.L.]: **Anais**, 2021. 15 p. Disponível em: https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3654. Acesso em: 15 fev. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARROSO, S. F. O autismo para a psicanálise: da concepção clássica à contemporânea. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 1231-1247, dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n3/v25n3a18.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2022.

CABELLO, J.; MARTINS, V. R. de O. Marcas históricas do movimento ativista surdo em articulação ao pensamento prático de Paulo Freire e Michel Foucault. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/VTMmhRkGh6KxbmmT5K7vQnf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2023.

CAITITÉ, A. M. L. **O autismo como diversidade**: ontologias trazidas à existência no ativismo político, em práticas da psicologia e em relatos em primeira pessoa. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2017_t_Amanda.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

CUNHA, A. C. M.; LUZIO, C. A.; CRUZ, S. G. F. de P. A arqueogenealogia como ferramenta de pesquisa no campo da Atenção Psicossocial. **R. Ci. Hum.** v. 48, n. 2, p. 186-203, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2014v48n2p186/28503>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DIAS, S. O que o Asperger ensina sobre a insondável decisão do ser. REVISTA ESCOLA LETRA FREUDIANA (Org.). **Autismo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

EVANGELHO, V. G. O.; COSTA, F da M. R.; CASTRO, H. C.; BELLO, M. L.; AMORIM, M. R. Autismo no Brasil: uma revisão sobre estudos em neurogenética. **Revista Neurociências**, v. 29, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/12440/8980>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FURTADO, L. A. R. **Sua majestade o autista**: fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo. 2011. 206 f. Tese. (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22755>. Acesso em: 02 fev. 2023.

GARCIA, A. O autismo segundo Leo Kanner. REVISTA ESCOLA LETRA FREUDIANA (Org.). **Autismo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

GIACOMONI, M. P.; VARGAS, A. Z. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 14, n. 2, p. 119-129, fev. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/veredas/article/view/25129>. Acesso em: 20 fev. 2023.

HICKEL, N.; MÖRSCHBÄCHER, J. Deslizamentos nos modos de exclusão e a emergência do capacitismo. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 1, p. 15-42, set. 2022. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/13442>. Acesso em: 23 fev. 2023.

LOPES, B. A. Autismo, narrativas maternas e ativismo dos anos 1970 a 2008. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 26, n. 3, p. 511-526, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/HsffYBhHfB8SrnfgRV9ZScD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MAFRA, R. L. M. Comunicação, ocupação, representação: três olhares sobre a noção de advocacy em contextos de deliberação pública. **Compolítica**, v. 1, n. 4, p. 181-204, jan./jul. 2014. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/61/63>. Acesso em: 12 fev. 2023.

OLIVEIRA, B. D. C. de; FELDMAN, C.; COUTO, M. C. V.; LIMA, R. C. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 707-726, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/BnZ6sVKbWM8j55qnQWskNmd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ORTEGA, F. Autismo, deficiência e neurodiversidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 67-77, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CPeMbsxyfF3CXSLwTcprwC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023.

VIDAL, F.; ORTEGA, F. **Somos o nosso cérebro?** Neurociências, Subjetividade, Cultura. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

SINGER, J. **Neurodiversity: The birth of an idea**. Amazon Digital Services, 2017. *E-book*.

Recebido em: 06/04/2023.

Aceito em: 01/09/2025.